

O grau zero da responsabilidade



Domingues de Azevedo
Bastonário da
Ordem dos Técnicos
Oficiais de Contas

Não se pode dizer que o despertar dos portugueses ande, nos últimos anos, a ser muito tranquilo. Se por um lado ficam a saber à hora do pequeno-almoço dos novos sacrifícios impostos pelas páginas dos jornais, é pelos mesmos meios de comunicação que são informados de novos «buracos» no erário público. Primeiro foi o BPN, depois a Região Autónoma da Madeira, agora é a vez dos «swaps» entrarem no léxico nacional.

Este caso é demonstrativo da ausência de responsabilidade, até mesmo de escrúpulos, de alguns gestores de empresas públicas em atos de gestão que configuraram uma autêntica «roleta russa» com prejuízos avultados para empresas já de si deficitárias.

Alinhar em operações especulativas e de alto risco quando está em jogo dinheiro de todos nós é, no mínimo, um ato de irresponsabilidade, que tem de ser punido exemplarmente. O cenário é mais gravoso quando se sabe que os primeiros alertas sugeriram em 2009 e ninguém levantou um dedo para por cobro à situação.

Mas os casos não se ficam pelos «swaps». Acontecimentos recentes ocorridos na nossa administração pública têm ilustrado a falta de rigor na resolução de diversas questões mas, acima de tudo, a falta de iniciativa e necessidade de justificar razões porque se atingiram limites inconcebíveis.

A eleição do funcionário público como uma espécie de origem de todo o mal que assola a nossa economia, a par da criação de uma imagem de benefício injustificado, não indicia nada de bom no funcionamento da administração pública. Teme-se que na vaga de rescisões, e posteriores despedimentos, sejam sacrificados alguns dos mais capazes, na ânsia de emagrecer, a todo o custo, os quadros da função pública.

A transparência da vida pública é hoje um imperativo das sociedades modernas e um direito inalienável dos cidadãos. Se nos pedem que sacrifiquemos uma parte cada vez mais substancial da nossa comodidade, sonhos e projetos no cumprimento dos atos de cidadania, é evidente que podemos e devemos questionar como é usado esse esforço e se não haveria outra forma de produzir os mesmos resultados percorrendo outros caminhos.

Se, de forma simples, existisse um sistema que elucidasse os cidadãos sobre o custo de funcionamento de um tribunal, hospital, escola ou esquadra da polícia, certamente teríamos uma sociedade mais esclarecida, participativa e mais motivada para cumprir os seus deveres de cidadania.

Infelizmente, há um imenso trabalho a fazer nesta matéria. Sem contas claras e cristalinas não é possível pensar em proezas económicas. Se não sabemos o que temos, o que devemos e aquilo que nos devem, como podemos nós pensar em economia próspera e sustentada?

Para termos boas contas é necessário uma organização capaz de as construir com rigor e adesão à realidade, onde as lamentáveis cenas de faturas não contabilizadas e a proliferação de operações especulativas lesivas do bem comum, não sejam mais possíveis num país que se quer civilizado e onde, normalmente os mais desprotegidos, pagam os desmandos e as incompetências dos outros.

Sabemos que as alterações de comportamentos na administração pública e até ao nível da cultura de gestão não são fáceis de imprimir, mas como continuamos a pensar que agitar as águas tem mais benefícios do que ficar imóvel num atoleiro, defendo que a seria urgente introduzir a contabilidade de custos em toda a administração do que é público. Portanto, do que é de todos. Em nome da transparência da vida pública. ■